



## Progressos na economia da religião

Laurence R. Iannaccone\*

Tradução de Gustavo Sanches Duarte\*\*

Texto originalmente publicado sob o título “*Progress in the Economics of Religion*” no *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 150, n. 4, pp. 737-744, 1994. A tradução foi gentilmente autorizada pelo autor Laurence R. Iannaccone.

### Introdução

As últimas décadas testemunharam um crescimento extraordinário do campo de atuação da economia. Outrora limitado em grande parte ao estudo do comércio, os economistas agora analisam rotineiramente assuntos tão diversos como saúde, crime, educação, fertilidade, discriminação, eleições, casamento e vícios.

Diversos pesquisadores estão se empenhando para acrescentar a religião a essa lista. Munidos com as ferramentas das teorias econômicas e um conjunto crescente de dados, eles estão explorando os fatores determinantes do comportamento religioso, a natureza das instituições religiosas e o impacto social e econômico da religião. Considerando o comportamento religioso como um exemplo de escolha racional, e não uma exceção a ela, seu esforço é paralelo a outras tentativas de expandir o domínio da economia. Portanto, a perspectiva da pesquisa é bem diferente das da “economia islâmica”, da “economia cristã” ou de qualquer outra abordagem baseada na fé.

Até o momento, a economia da religião teve seu maior impacto na sociologia, pois aborda diretamente as preocupações centrais da sociologia da religião. Assim, os sociólogos começaram a falar de modelos de mercado e da teoria da escolha racional como o “novo paradigma” para a investigação da religião (Warner, 1993; Young, 1995). Esse novo paradigma explica e integra uma vasta quantidade de dados existentes, proporcionando novas previsões que abrem caminhos para pesquisas empíricas adicionais e gerando implicações políticas sobre os efeitos do bem-estar decorrentes da intervenção governamental no mercado religioso.

Como a maioria dos trabalhos sobre a economia da religião é recente e está espalhada por diversas revistas, uma breve visão geral parece ser necessária. Uma visão geral serve também para dissipar a visão popular, mas cada vez mais insustentável, da religião como um vestígio do tempo pré-científico.

---

\* Contato: [iannacco@chapman.edu](mailto:iannacco@chapman.edu) – ORCID: 0000-0002-6931-6818. Doutor em Economia (UCHICAGO, Estados Unidos). Professor da CHAPMAN (Estados Unidos).

\*\* Contato: [gustavo.sanches@live.com](mailto:gustavo.sanches@live.com) – ORCID: 0009-0004-2754-5737. Mestrando em Ciência da Religião (PUC-SP).

## A importância contínua da religião

Durante a metade do século XX, o estudo científico social da religião definiu por falta de interesse. Em disciplinas como a sociologia e a antropologia, cujos pioneiros haviam dedicado grande parte de sua atenção à religião, esta foi relegada para o segundo plano. No campo da economia, que nunca havia falado muito sobre crenças, normas e cultura, o assunto foi totalmente ignorado. Embora ninguém negasse a importância histórica da religião – afinal de contas, ela era uma das características mais fundamentais, duradouras e difundidas da cultura humana –, a maioria dos acadêmicos passou a ver a religião contemporânea como pouco mais do que um fóssil, e um fóssil desinteressante. Mesmo sem perceber, os acadêmicos passaram a aceitar (e talvez até a gostar) da “tese da secularização”, uma doutrina que prevê o rápido declínio e a eventual extinção da religião no mundo moderno.

Contudo, nos últimos tempos, a tese da secularização passou por tempos difíceis. O ressurgimento político do cristianismo conservador nos EUA, a ascensão do fundamentalismo islâmico no Oriente Médio, o crescimento explosivo do protestantismo na América Latina, o fermento religioso na Europa Oriental e na antiga União Soviética e a influência da religião nos conflitos étnicos em todo o mundo ratificam a permanência da religião. As tendências anteriormente consideradas indicativas da secularização mundial, especialmente na Europa Ocidental, agora parecem ser mais uma consequência da regulamentação estatal do que uma transformação social fundamental. Enfim, um crescente volume de pesquisas empíricas não encontrou evidências de declínio religioso nos Estados Unidos. Essas descobertas merecem destaque, pois a tese da secularização continua arraigada na mente de muitos acadêmicos que não estão familiarizados com a pesquisa contemporânea sobre religião.

- As taxas de afiliação às igrejas nos Estados Unidos têm crescido constantemente nos últimos séculos: de 17% da população na época da Revolução para 34% em meados dos anos 1800, para mais de 60% atualmente (Finke; Stark 1992). Esses dados são provenientes de diversas fontes confiáveis, incluindo o *Decennial Census of Religious Bodies* do governo dos EUA, realizado de 1850 a 1936.
- Mais de 40% dos americanos afirmam frequentar a igreja em uma semana normal, e este número permaneceu praticamente inalterado desde o surgimento das pesquisas Gallup no final da década de 1930 (Greeley, 1989).
- As crenças religiosas pesquisadas se mostraram quase tão estáveis quanto a frequência à igreja. A parcela de americanos que professam o ateísmo permanece bem abaixo de 10%, e a parcela que afirma acreditar na Bíblia, no céu e no inferno permanece alta e quase constante (Greeley, 1989).
- A religião não é um bem inferior. As taxas de crença religiosa e atividade religiosa não diminuem com o aumento da renda ou da educação, uma conclusão que se mantém tanto em séries de cortes transversais quanto em séries temporais agregadas.
- Os modos de praticar a religião variam de acordo com a renda e a educação. As denominações fundamentalistas, pentecostais e outras denominações sectárias

têm muito mais probabilidade de atrair seus membros entre os pobres, os menos instruídos e os membros das minorias da sociedade (Iannaccone, 1992).

- As contribuições da igreja representam mais da metade de todas as doações de caridade nos EUA (aproximadamente US\$ 60 bilhões por ano), e a maioria das instituições sem fins lucrativos tem ou teve base religiosa.

As teorias econômicas oferecem valiosas análises sobre todos esses eventos, contudo, os próprios acontecimentos desmentem a noção antiquada de que a religião é “sem importância” e, por conseguinte, “desinteressante”. A religião persiste como uma influência significativa na vida pessoal, institucional e política da maioria das pessoas em todo o mundo. Diante disso, os cientistas sociais têm pouca alternativa senão reconhecer a relevância da religião, pois ela não mostra sinais de desaparecimento.

## Modelos de comportamento religioso

As pesquisas contemporâneas sobre a economia da religião começaram com o modelo de produção doméstica de Azzi e Ehrenberg (1975) de frequência e contribuições à igreja. Nesse modelo, os indivíduos alocam seus recursos de forma a maximizar a utilidade geral derivada de produtos religiosos e seculares. Embora Azzi e Ehrenberg tenham destacado a esperança de “consumo após a morte” como um incentivo para o comportamento religioso, estudos subsequentes tendem a ser menos explícitos sobre o motivo pelo qual as pessoas valorizam as mercadorias religiosas. Iannaccone (1984; 1990) ampliou o modelo de Azzi e Ehrenberg para incorporar o acúmulo de “capital humano religioso”. O modelo ampliado explica os padrões de participação religiosa que aumentam com a idade como consequência dos efeitos da experiência e da formação racional de hábitos. O modelo também gera previsões sobre a mobilidade denominacional, o casamento religioso e as idades de conversão, todos com forte apoio empírico. Greeley e Durkin (1991) apresentaram um modelo semelhante que incorpora a “fé” como um tipo de capital humano e vê a escolha religiosa como consequência da maximização da utilidade esperada.

Embora a produção doméstica seja um ponto de partida conveniente para o estudo do comportamento religioso, os trabalhos recentes dão mais atenção aos grupos religiosos. Os modelos iniciais, que descreviam indivíduos como maximizadores de utilidade agindo isoladamente e restritos por sua renda e pelo custo das mercadorias, evoluíram para abordagens que destacam a importância de organizações ou associações especializadas na oferta de bens religiosos.

Alguns estudos nesta área se baseiam na teoria padrão da empresa. Considerando o clero como os produtores de bens religiosos e os fiéis como consumidores, buscando compreender o desenvolvimento de doutrinas religiosas, a estrutura organizacional das igrejas e a evolução das práticas religiosas. Segundo essa perspectiva, líderes eclesiais de alta patente teriam adaptado a doutrina da usura para maximizar as rendas tanto dos clérigos (produtores secundários) quanto dos bancos (fornecedores de insumos), controlando as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Outros estudos adotam a teoria dos clubes como sua base teórica, destacando que, apesar de as instituições religiosas apresentarem várias características em comum com

as empresas, a distinção tradicional entre produtor e consumidor se aplica de maneira limitada nesse contexto.

As congregações, assim como as famílias, combinam as atividades de produção e consumo. Com exceção de alguns profissionais religiosos que atuam em tempo integral e de alguns funcionários de apoio, a grande maioria dos membros das igrejas desempenha um papel duplo, como produtores e consumidores de bens religiosos. Além disso, atividades religiosas, como voluntariado e ações de caridade, geram benefícios coletivos.

Iannaccone (1992) aborda essas questões em um modelo teórico de clube que vira a história padrão da “piscina” de cabeça para baixo. Em vez de enfatizar os problemas de congestionamento, o modelo enfatiza as externalidades positivas associadas à participação religiosa. Em ambientes congregacionais, a presença ativa de um membro – participando assiduamente, cantando com fervor e acolhendo a todos calorosamente – contribui para o bem-estar coletivo, aumentando a satisfação dos demais integrantes. Contudo, os participantes menos engajados, conhecidos como *free-riders*, que comparecem esporadicamente e demonstram menor envolvimento, representam uma ameaça à sustentabilidade das práticas religiosas, um fenômeno amplamente estudado por sociólogos da religião. Estudos teóricos e empíricos apontam que obrigações aparentemente onerosas, como rituais de sacrifício e estigmas sociais, podem atenuar essa ameaça ao dissuadir a participação de membros menos comprometidos e estimular um engajamento mais profundo entre os que ficam. Assim, pessoas que agem racionalmente podem descobrir que vale a pena integrar grupos que demandam grande dedicação e adotam comportamentos distintos, frequentemente rotulados de “seitas” ou “cultos”. Paralelamente, indivíduos com amplo acesso a oportunidades externas tendem a gravitar em torno de comunidades menos rigorosas, como as igrejas mais tradicionais.

O modelo teórico do clube de “seitas” de alto custo e “igrejas” de fácil acesso oferece uma estrutura robusta para compreender uma vasta gama de observações empíricas que têm intrigado sociólogos da religião durante mais de um século. Os fatores correlatos previstos para a religião sectária incluem padrões rígidos de comportamento, conversões radicais, altos índices de frequência e doação à igreja, resistência à mudança social, pequenas congregações e apelo às classes mais baixas e às minorias. Uma versão dinâmica do modelo (Montgomery, 1994) explica a tendência bem documentada de as seitas moderarem suas exigências com o passar do tempo e, assim, se transformarem em denominações tradicionais – um processo que pode levar ao relaxamento de suas práticas a ponto de resultar em perda de membros. Para uma perspectiva alternativa sobre o papel do sacrifício e do estigma, consulte Schlicht (1995).

## **Mercados religiosos**

Se as denominações individuais funcionam como empresas religiosas, então elas constituem coletivamente um mercado religioso. Essa percepção remonta a ninguém menos que Adam Smith. Em um capítulo amplamente ignorado de “A Riqueza das Nações”, Smith defendeu que as religiões instituídas confrontam desafios de incentivo similares aos enfrentados por outros monopólios apoiados pelo Estado. Ele argumentou

a favor do princípio do *laissez-faire* no contexto religioso como o meio mais eficaz para atender à demanda por ensinamentos religiosos, minimizar conflitos de crenças e fomentar uma “religião pura e racional, desprovida de qualquer elemento de absurdo, impostura ou fanatismo” (Smith, [1776] 1965, p. 745).

Anderson (1988) analisou os argumentos de Smith em alguns detalhes, e McConnell e Posner (1989) usam o argumento de Smith para interpretar o impacto da Primeira Emenda sobre a religião nos Estados Unidos. Iannaccone (1991) usa teorias contemporâneas de regulamentação para ampliar a análise de Smith e testar a previsão de que a concorrência estimula a atividade religiosa. Dados de dezoito países ocidentais mostram que a frequência à igreja, a crença em Deus e a percepção da importância da religião são maiores em países com várias igrejas concorrentes do que em países dominados por uma única igreja protestante. Finke e Stark (1992) chegam a conclusões semelhantes com base na análise de dados históricos de cidades americanas da virada do século, e Hamberg e Pettersson (1994) observam um padrão semelhante nas províncias da Suécia contemporânea. Finke (1990) analisa o impacto da “desregulamentação” religiosa na história religiosa americana pós-colonial, mostrando que as taxas de filiação à igreja aumentaram à medida que o padrão colonial de igrejas estabelecidas e o monopólio religioso de fato deram lugar a um mercado religioso livre. Olds (1994) fornece evidências econométricas de que o número e os salários dos pregadores na Nova Inglaterra colonial aumentaram em resposta ao restabelecimento e à privatização da religião. No Japão pós-Segunda Guerra Mundial, a abolição do xintoísmo estatal e o advento da liberdade religiosa inauguraram um período conhecido como “a Hora do Rush dos Deuses”. Todas essas descobertas são contrárias à suposição sociológica de longa data de que o pluralismo religioso diminui a religiosidade e facilita a secularização.

## Implicações políticas

Como os exemplos anteriores ilustram, a economia tem muito a dizer sobre os determinantes do comportamento religioso individual, as características de diferentes grupos religiosos e até mesmo as causas da variação entre nações na religiosidade. Embora essas percepções tenham valor por si só, elas também dizem respeito a questões de políticas públicas.

Uma delas diz respeito à regulamentação governamental de grupos religiosos desviantes – “cultos” e “seitas” extremistas – geralmente vistos como uma ameaça ao bem-estar individual e social. Esses grupos, embora pequenos em número real de membros, têm sido altamente visíveis na mídia, no debate público e em disputas legais. De fato, praticamente todos os processos judiciais (e, portanto, todos os precedentes legais) relacionados à religião estão centrados nas práticas de religiões minoritárias desviantes. Uma questão recorrente tem sido se a participação em tais grupos constitui o exercício da liberdade religiosa ou a submissão a organizações empenhadas em fazer “lavagem cerebral” e exploração. Assim, muitos relatos da mídia, artigos psicológicos e decisões legais tratam a participação em seitas como prova a priori de patologia ou coerção.

A visão teórica de clube da religião sectária desafia essas interpretações. No modelo de clube, as práticas bizarras e aparentemente patológicas de grupos desviantes surgem como tentativas racionais de maximização da utilidade para limitar o *free-riding*. Esse argumento é reforçado por um crescente conjunto de pesquisas empíricas que desacredita totalmente a maioria dos relatos da mídia sobre “lavagem cerebral” e coerção. A teoria e os dados sugerem, portanto, que a maioria das tentativas de proteger a população de religiões desviantes, na verdade, reduzirá o bem-estar social.

Um conjunto relacionado de questões políticas diz respeito às consequências gerais da regulamentação da religião. As pesquisas citadas acima indicam que a concorrência produz os mesmos benefícios nos mercados religiosos e em outros mercados. Ela garante a disponibilidade de uma variedade de produtos religiosos diferentes, estimula a inovação e força as organizações a responderem a seus membros e a fazerem uso eficiente de seus recursos. Em contrapartida, os monopólios religiosos tendem a ser menos diversificados, inovadores, eficientes e responsivos. A eficiência e o bem-estar são, portanto, promovidos por políticas governamentais que mantêm mercados religiosos livres e competitivos. Por outro lado, as tentativas governamentais de estabelecer, regular ou monopolizar a religião tendem a reduzir o bem-estar social. Esses argumentos merecem atenção séria em um momento em que as decisões judiciais e a expansão do estado de bem-estar social ameaçam corroer as liberdades anteriormente desfrutadas pelas religiões desviantes.

## Conclusões

Poderíamos dizer muito mais sobre religião e economia. Embora eu tenha enfatizado as percepções que a economia traz para a religião, pode-se facilmente inverter a situação e focar nas maneiras pelas quais a religião afeta os resultados econômicos. Estudos empíricos invariavelmente mostram que os membros de algumas religiões, como os judeus nos Estados Unidos, usufruem de salários e rendas significativamente superiores à média. Além disso, a religião exerce influência sobre diversas dimensões econômicas, incluindo as taxas individuais de poupança, as escolhas profissionais, os níveis educacionais, bem como em comportamentos de grande relevância econômica, como votação, taxa de fertilidade, divórcio, criminalidade e padrões de consumo de drogas e álcool.

Entretanto, ao invés de abordar diretamente essas questões, concluirei apresentando dois exemplos que ilustram os benefícios indiretos decorrentes do estudo da religião. Esses benefícios surgem porque a religião oferece um campo de testes ideal para muitas teorias de comportamento “não mercadológico”. Nenhuma outra atividade não mercadológica dá tanta ênfase a crenças e normas, e poucas são tão bem estruturadas. Inúmeras pesquisas, censos governamentais e registros de igrejas fornecem informações regionais, transnacionais e históricas sobre taxas de filiação à igreja, frequência à igreja, contribuições, crenças religiosas e similares. Dessa forma, a religião torna relativamente fácil desenvolver e testar teorias de formação de preferências, restrições normativas, mudanças culturais e coisas do gênero.

Considere, por exemplo, o conceito de capital humano religioso, que descreve como as pessoas desenvolvem um forte vínculo com uma determinada religião e suas crenças. Ao explorar o comportamento religioso, tornou-se claro para mim que a educação e o envolvimento religioso prévio desempenham um papel significativo nas práticas religiosas atuais de um indivíduo. Como aluno de Gary Becker, era natural que eu tentasse modelar essa tendência como consequência da escolha racional e do acúmulo de capital humano. O modelo resultante (Iannaccone, 1984; 1986) formalizou o tratamento da dependência de Stigler e Becker (1977). Posteriormente, Becker e Murphy (1988) ampliaram bastante esse modelo em sua teoria do vício racional. Dessa forma, a economia da religião não apenas se beneficiou desse desenvolvimento, mas também contribuiu para uma linha de pesquisa substancialmente distinta.

Para um exemplo bem diferente das sinergias que surgem quando se estuda religião, considere a explicação teórica do clube para o sacrifício e o estigma. O modelo explica o apelo contínuo da religião sectária e suas previsões se encaixam em grande parte do que se sabe sobre grupos religiosos desviantes. Mas o argumento fundamental também se aplica a “clubes” não religiosos nos quais a participação gera benefícios coletivos e as contribuições individuais são difíceis de monitorar. Como o modelo prevê, muitos desses grupos exigem sacrifícios aparentemente não produtivos: as fraternidades empregam iniciações embaraçosas; as comunidades seculares separam os membros da família, dos amigos e da sociedade; as tribos primitivas empregam direitos de passagem dolorosos e desfigurantes; e o “campo de treinamento” é notoriamente humilhante. Em princípio, é possível modelar qualquer uma dessas atividades diretamente, mas os dados sobre religião são mais acessíveis.

Em suma, a religião continua sendo uma característica fundamental da vida e da cultura humana, um fato que os cientistas sociais ignoram por sua conta e risco. A economia tem muito a dizer sobre o comportamento religioso nos níveis individual, de grupo e de mercado; e a teoria econômica tende a justificar políticas governamentais que promovam mercados religiosos competitivos. A religião também oferece um campo de testes ideal para extensões do modelo econômico tradicional.

## Referencias

ANDERSON, Gary M. Mr. Smith and the Preachers: The Economics of Religion in the Wealth of Nations. *Journal of Political Economy*, 96(5), 1066-1088, 1988.

AZZI, Corry; EHRENBERG, Ronald. Household Allocation of Time and Church Attendance. *Journal of Political Economy*, 83(1), 27-56, 1975.

BECKER, Gary S.; MURPHY, Kevin M. A Theory of Rational Addiction. *Journal of Political Economy*, 96(4), 675-700, 1988.

EKELUND, Robert B. Jr.; HEBERT, Robert F.; TOLLISON, Robert D. An Economic Model of the Medieval Church: Usury as a Form of Rent Seeking. *Journal of Law, Economics, and Organization*, 5(2), 307-331, 1989.

FINKE, Roger. Religious Deregulation: Origins and Consequences. *Journal of Church and State*, 32, 609-626, 1990.

FINKE, Roger; STARK, Rodney. *The Churching of America 1776- 1990: Winners and Losers in our Religious Economy*. Rutgers University Press: New Brunswick, NJ, 1992.

GREELEY, Andrew M. *Religious Change in America*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1989.

GREELEY, Andrew M.; DURKIN, John T. Jr. A Model of Religious Choice Under Uncertainty. *Rationality and Society*, 3(2), 178-196, 1991.

HAMBERG, Eva M.; PETTERSSON, Thorleif. The Religious Market: Denominational Competition and Religious Participation in Contemporary Sweden. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 33(3), 205-216, 1994.

IANNACCONI, Laurence R. *Consumption Capital and Habit Formation With an Application to Religious Participation*. Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1984.

IANNACCONI, Laurence R. Addiction and Satiation. *Economics Letters*, 21, 95-99, 1986.

IANNACCONI, Laurence R. Religious Participation: A Human Capital Approach. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 29(3), 297-314, 1990.

IANNACCONI, Laurence R. The Consequences of Religious Market Structure: Adam Smith and the Economics of Religion. *Rationality and Society*, 3(2), 156-177, 1991.

IANNACCONI, Laurence R. Sacrifice and Stigma: Reducing Free-Riding in Cults, Communes, and Other Collectives. *Journal of Political Economy*, 100(2), 271-291, 1992.

MCCONNELL, Michael W.; POSNER, Richard A. An Economic Approach to Issues of Religious Freedom. *University of Chicago Law Review*, 56(1), 1-60, 1989.

MONTGOMERY, James. *The Dynamics of the Religious Economy: Exit, Voice, and Denominational Secularization*. Unpublished paper, Northwestern University, Evanston, IL, 1994.

OLDS, Kelly. *Privatizing the Church: Disestablishment in Connecticut and Massachusetts*. *Journal of Political Economy*, 102(2), 277-297, 1994.

SCHLICHT, Ekkehart. *Economic Analysis and Organized Religion*. in: E. L. Jones and V. Reynolds (eds.), *Survival and Religion: Biological Evolution and Cultural Change*, Wiley: Chichester, 1995.

SMITH, Adam. *An Inquiry Into Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Modern Library: New York, 1965.



STIGLER, George J.; BECKER, Gary S. De Gustibus non est Disputandum. *American Economic Review*, 67, 76-90, 1977.

WARNER, R. Stephen. Work in Progress Toward a new Paradigm in the Sociology of Religion. *American Journal of Sociology*, 98(5), 1044-1093, 1993.

YOUNG, Lawrence (ed.) *Assessing Rational Choice Theories of Religion*, 1995.

Recebido em: 21/02/2024.

Aprovado em: 12/08/2024.

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Ricardo Roshio Bueno Hida.